

# RUP TURA



## África do Sul em luta

Mineiros desafiam a repressão de multinacional inglesa e do governo do Congresso Nacional Africano para exigir melhores salários e o fim definitivo do apartheid no país, onde uma elite negra governa para uma minoria branca e deixa na miséria a maioria da população negra.

PÁG. 11



## Unidade da esquerda

Perante a troika, o governo e até o PS coligados a favor da austeridade, a esquerda dividida nada conseguirá. Unir a esquerda contra a austeridade é essencial para quebrar o discurso da inevitabilidade e apontar uma saída para os trabalhadores e a juventude.

PÁG. 7

## Revolta nas escolas

O “tecnoCrato” fez o que queria: dos mais de 51 mil candidatos aos concursos de professores, 40 mil não foram colocados. Mas os professores não estão resignados e retomam a contestação nas ruas para exigir a reintegração dos despedidos e melhores condições de trabalho e ensino.

PÁG. 6

## Portugal em frangalhos

O governo de Passos Coelho e Paulo Portas já deu provas suficientes da sua incapacidade de retirar o país da crise. Pelo contrário, está a arruiná-lo. Está na hora de mandarmos embora este governo e a troika para recuperarmos a soberania, reconstruirmos Portugal e as nossas vidas.

Editorial e PÁG. 3



# Basta de roubo ao povo FORA O GOVERNO E A TROIKA GREVE GERAL !

O governo PSD/CDS, através do primeiro-ministro, comunicou ao povo mais medidas de austeridade e num discurso provocador afirmou: “O que propomos é um contributo equitativo, um esforço de todos para o objectivo comum, como exige o Tribunal Constitucional (...) Foi com este propósito que o governo decidiu aumentar a contribuição para a Segurança Social para 18%, o que nos permitirá, em contrapartida, descer a contribuição exigida às empresas também para 18%”.

O descaramento e a provocação deste governo gerou grande indignação porque ficou clara a sua política: roubar aos trabalhadores mais 7% dos salários (com o aumento de 11 para 18% na TSU) para poder enriquecer mais os patrões com o equivalente a 5,75% da massa salarial (com a diminuição das contribuições que eles estavam a fazer que descem de 23,75% para os 18%). Feitas as contas, em 2013, o governo quer mais 5500 milhões de euros que vai roubar aos trabalhadores e pensionistas, mas para os patrões propõe uma oferta de mais 2200 milhões de euros. A política capitalista para fazer os trabalhadores pagarem a crise é claríssima.

A austeridade do governo e da troika já tinha colocado o povo e os trabalhadores numa situação muito difícil com a miséria e o desemprego a aumentar muito. Os resultados desta política estão à vista, nos últimos 15 meses a taxa oficial de desemprego aumentou de 12% para 16%, a dívida (que o governo dizia combater) também aumentou de 101% para 116% do PIB, e quanto à redução do défice os objectivos do governo (em nome dos quais esta política de miséria foi imposta) estão longe de serem alcançados. Fica evidente que o governo está a afundar os trabalhadores, o povo e que a economia continua numa cada vez maior recessão destruidora de emprego, com a fome e a miséria a afetarem milhares de famílias da classe trabalhadora.

O governo, a troika e a UE têm aplicado uma política criminosa contra os trabalhadores e o povo e agora temos de dizer basta e mobilizarmo-nos para correr com o governo PSD/CDS, com a troika e com as políticas asfixiantes de pagamento de uma dívida alheia ao povo e aos trabalhadores. Temos de continuar a manifestarmo-nos, a ocupar ruas e praças para dizermos basta.

A urgência vital de defender o salário, os direitos sociais e a criação de emprego impõe um plano de ação no movimento sindical e popular que avance para uma Greve Geral com continuidade, um plano debatido e decidido na base trabalhadora, nas empresas e sectores para unificar as reivindicações num movimento de luta comum que exija o fim deste governo e desta política.

Cortar com a troika, suspender o pagamento da dívida e efectuar uma auditoria, implementar a nacionalização de sectores estratégicos (banca, energia, telecomunicações, grande distribuição), fortalecer os serviços públicos e criar centenas de milhares de postos de trabalho são aspectos do pacote de medidas necessárias para acabar com a crise que afecta o povo. Esta nova política só pode ser aplicada depois de expulsarmos a troika e o PSD/CDS do governo. A coligação que nos governa já mentiu muito e agiu ao contrário do que prometeu quando foi eleita. Hoje a maioria do povo está contra a política seguida pelo governo, por isso este deve ser demitido para se poder seguir outro caminho.

A possibilidade deste outro caminho alternativo passa pela unidade de todos os que se ergueram contra a troika e o seu memorando criminoso, passa pela unidade de toda a esquerda anti-troika e de todos os que lutaram contra as políticas de austeridade e de destruição dos serviços públicos, dos que lutaram contra as políticas que nos afundaram e que foram aplicadas pelos últimos governos, quer pelo PS/Sócrates, quer agora pelo desastroso governo do PSD/CDS/Passos Coelho. É esta unidade à esquerda (PC/BE/Independentes/MAS) que é necessária e urgente para erguer uma alternativa de governo que corte com a troika e a UE, que defenda os trabalhadores e o povo e que esteja presente em eleições que se impõe serem convocadas antecipadamente.

## ENTREVISTA



# Governo de esquerda é apenas parte da solução na Grécia

Entrevista a Yanis, dirigente da Antarsya, organização da esquerda revolucionária grega, feita em Julho na cidade de Atenas. A Antarsya, ao contrário do Syriza, defende a saída da Grécia do euro e é intransigente em relação à suspensão do pagamento da dívida externa.

## Entrevista André Traça

### O que é a Antarsya? Um fenómeno eleitoral ou algo mais?

A Antarsya é uma coligação de diversas forças de esquerda, nomeadamente ex-membros do partido comunista, trotskistas, maoistas e organizações independentes de esquerda ligadas ao movimento estudantil. A Antarsya formou-se após as revoltas de Dezembro de 2008, que foram despoletadas pelo assassinio de um jovem pela polícia. Começou sendo uma frente eleitoral, evoluiu para uma plataforma de ação conjunta para os estudantes universitários e sectores do trabalho onde temos ativistas, como os professores ou a comunicação social.

### Vocês pensam vir a ter um programa comum?

Estamos a tentar precisamente ter um programa comum e atuar unidos como um partido nas frentes onde intervimos, como nas universidades, nos sindicatos ou na luta antifascista. Na maior parte dos casos já trabalhamos juntos.

### Na primeira volta das eleições legislativas deste ano obtiveram 75 mil votos, na segunda caíram para 20 mil. Como veem estes resultados?

Desde que começou a concorrer

às eleições, a Antarsya conseguiu afirmar-se como a terceira força de esquerda na Grécia, a seguir ao PC e ao Syriza. Nas últimas legislativas, mais de um milhão de eleitores abandonaram os partidos do centro e passaram a votar na esquerda. Na primeira volta, a esquerda somada (PC, Syriza, Antarsya, Esquerda Democrática e outros) obteve 33%, passando na segunda para quase 40%, sendo que nos principais centros urbanos essa percentagem foi ainda superior. Isto culminou mais de um ano com 17 greves gerais, manifestações massivas e ocupações. 50 mil votos deslocaram-se de nós para o Syriza da primeira para a segunda volta, o que de certa forma esperávamos e que não vemos de forma alguma como algo que para o movimento que dinamizamos. A prova disso mesmo é que o próprio movimento não parou durante as eleições. Não somos sectários, estamos juntos nisto e por isso vemos os resultados das eleições na generalidade como uma grande vitória para a esquerda.

### Há quem pense que teria sido mais acertado da vossa parte um apoio crítico ao Syriza nestas eleições.

Houve uma grande discussão dentro da esquerda, não só na Gré-

cia, mas sobretudo internacionalmente, com muitos companheiros a defender que nós apoiássemos o Syriza. Quem partilha essa opinião subestima a força do movimento e da esquerda revolucionária na Grécia. A campanha do Syriza, centrando-se na defesa do euro, está muito atrás do tipo de programa de que necessitam os gregos que têm saído às ruas, feito greves e lutado. O programa e o discurso do Syriza contrastam com os sentimentos e anseios destas pessoas. E, sobretudo, nós pensamos que está na altura de dizer que não é um governo de esquerda eleito que, por si só, vai ser a solução, mas que esta também terá de passar inevitavelmente por fortalecer os organismos de poder democrático de base.

### Qual é a vossa prioridade para o período que se avizinha na Grécia?

Nós pensamos que a dinâmica do movimento tem de continuar, que temos de nos concentrar em derrotar o programa de austeridade com mais greves, manifestações e ocupações. A nossa mensagem para quem votou no Syriza é não ficarem num canto à espera das próximas eleições, organizem-se nos vossos locais de trabalho e de estudo, nos vossos bairros, e venham daí!

## RUPTURA

Órgão oficial do Movimento Alternativa Socialista  
www.mas.org.pt  
Secção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI)  
Impressão: A Triunfadora Artes Gráficas Lda.  
Rua D. Sancho I, 36-A - 2800-195 Amadora

Proprietário: Gil Garcia  
Director: João Pascoal  
Editora: Cristina Portella  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Capa: Pedro Varela  
Contacto: jornal@rupturafer.org  
Projecto Gráfico: Nádia Martins  
Nº ICS: 124814  
Tiragem: 500 exemplares

Colaboraram neste número:  
Ana Paula Amaral, André Traça, Daniel Veloso, Flávia Polido, J.A. Dias, João Lopes, Jukka Murtosaari, Lina Pereira, Manuel Afonso, Manuel Neves, Raquel Oliveira, Salomé Gonçalves, Sofia Rajado, Tiago Castelhanos.



# Demitam-se os que estão a levar o país à ruína

Novas medidas de austeridade alteram a situação política: a população revolta-se, a burguesia divide-se e o governo fica fragilizado. Chegou a hora de organizar a luta para fazer uma forte e generalizada greve geral, exigir a demissão de Passos Coelho, rasgar o memorando com a troika e suspender o pagamento da dívida que está a arruinar o país.



O governo Passos Coelho fez aquilo que a troika e a grande burguesia portuguesa mandaram: aumentou o corte salarial da Função Pública e cortou também no salário dos trabalhadores do setor privado. A grande burguesia, pelo contrário, foi presenteada com uma redução de 5 pontos percentuais na Taxa Social Única (TSU). Essas medidas só vão aprofundar a ruína do país, como aconteceu na Grécia, numa espiral que faz crescer a recessão, o desemprego e a pobreza, mas também o défice público e a dívida externa.

### As novas medidas

Nas últimas semanas tornou-se evidente aquilo que já todos sabíamos. As chamadas medidas de austeridade adotadas pelo governo no ano passado, com os cortes dos sub-

sídios de férias e de Natal dos funcionários públicos, a redução dos investimentos em saúde, educação e solidariedade social, os aumentos dos impostos (IVA e IRS), das tarifas públicas e dos transportes, agravaram violentamente a crise económica e social, com milhares de empresas a fechar as portas e o desemprego real a atingir 1,3 milhões de portugueses. O resultado foi a redução drástica do consumo e a consequente queda na arrecadação fiscal e do IVA, a jogar por terra a meta de redução do défice orçamental acertada entre o governo e a troika. Em vez dos 4,5% para este ano, só no primeiro semestre o défice já estava em 6,9%.

Diante desse fracasso, e com a troika em sua visita periódica ao país para fiscalizar o cumprimento do memorando, Passos Coelho fez

aquilo que sabe e gosta: anunciou um aumento de 60% no desconto dos trabalhadores para a Segurança Social (de 11% passa para 18%) e a manutenção do corte de um dos subsídios dos funcionários públicos e dos dois subsídios dos reformados e pensionistas. Feitas as contas, isso significa que os funcionários públicos continuarão com menos dois salários anuais (isso na melhor das hipóteses, porque o aumento na contribuição à Segurança Social poderá representar, por si só, a perda de até dois salários no ano); os trabalhadores do setor privado ficarão com menos um (também na melhor das hipóteses, por razões idênticas); e os reformados e pensionistas continuarão sem os dois subsídios, o de férias e o de Natal.

Mas teve mais. Dias depois do anúncio dessas medidas, chegou a vez do ministro das Finanças, Vítor Gaspar, apresentar outras, a constar também do Orçamento para 2013: agravamento da carga fiscal no IRS, cortes nas pensões dos aposentados da Função Pública, aumento do desconto para a Segurança Social dos recibos verdes, novas restrições ao subsídio de desemprego, aumento da idade da reforma dos funcionários públicos para 65 anos, etc. Ficamos a saber também que a troika concordou – não havia outra saída – em subir o défice deste ano para 5%. Para fixá-lo nessa meta, o governo disse que vai, ainda este ano, cortar dos ricos, com um agravamento da tributação sobre os imóveis de luxo e o capital, com um aumento de 25% para 26,5% do imposto sobre

dividendos e mais-valias bolsistas. Essas medidas, porém, estão a ser consideradas insuficientes para esse objetivo, tendo vários setores, como o banco francês BNP Paribas, apontado para que o défice deste ano fique em 6% do PIB, ou seja, um ponto percentual acima da nova meta.

### Efeito demolidor

O anúncio dessas medidas teve um efeito demolidor sobre o que restava de expectativas nas políticas do governo. Dos trabalhadores aos patrões, da esquerda à direita, dos militares aos juízes a acusarem as medidas de inconstitucionais, as críticas vieram violentas: elas só agravam a recessão, o desemprego e a pobreza e, do ponto de vista dos patrões, haveria ainda o receio de um estalo social, além da previsível queda nas vendas internas. Os únicos a beneficiarem-se com mais cortes salariais e a redução da TSU de 23,75% para 18% são as grandes empresas exportadoras, que não dependem do mercado interno, e a banca. “Trata-se de uma medida que há muito temos defendido”, avaliou o comunicado da CIP (Confederação Empresarial de Portugal). Mas até figuras insuspeitas de qualquer simpatia social, como Bagão Félix, ministro por várias vezes de governos da direita, veio dizer que havia sido “dada a machadada final no regime previdencial”.

Mesmo a suposta boa notícia de que a troika aceitou ampliar o défice fixado para este ano e o próximo não alterou nada. O concreto para

o povo é que terá menos salário, mais impostos e menos benefícios sociais. Na equidade tão reclamada pelo governo não entrou qualquer corte nas rendas das PPPs (Parcerias Público-Privadas) e nos benefícios fiscais das grandes empresas. Sobre o propalado aumento do emprego com a redução da TSU, os economistas são unânimes em dizer que não passa de uma grande balela. As grandes empresas vão encaixar o dinheiro poupado, enquanto para as pequenas, por terem menos empregados e dependerem do mercado interno, só haveria incentivo à criação de emprego caso diminuísse a recessão e o crédito fosse desbloqueado.

No interior da própria coligação o mal-estar foi evidente, com alguns deputados a metralharem, em off, as medidas do governo, certamente temerosos dos efeitos negativos em suas performances eleitorais. O PS deixou em aberto a possibilidade de votar contra o Orçamento de Estado para 2013, mas, até o fecho desta edição, o seu líder, António José Seguro, ainda não tinha feito um pronunciamento mais categórico.

Críticas também foram as palavras do presidente da UGT, João Proença, mas insuficientes para fazê-lo romper com o Acordo de Concertação Social assinado no início do ano com governo e patrões e promover, junto com a CGTP, entidades representativas dos trabalhadores e da juventude e partidos de esquerda, um calendário de luta contra o governo e as suas medidas.

**Cristina Portela**

## Cartoon



## O que fazer diante desta declaração de guerra do governo?

É claro que o PS, com o apoio da sua colateral no movimento sindical, a UGT, não quer a rutura com o governo. Interessa-lhes manter Passos Coelho a fazer o trabalho sujo, enquanto acumula futuros dividendos eleitorais. Mas acontece que aos trabalhadores e à juventude esse projeto não interessa, pois é a sua vida que está em jogo com os planos de austeridade do governo.

Se até agora o movimento social não estava a responder à altura aos ataques da troika e do governo da direita, isso parece que está a mudar – e a manif deste dia 15 de setembro será um bom termómetro para atestar o grau de indignação e disposição de luta dos trabalhadores em todo o país.

Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, declarou que “estamos perante mais uma gravíssima declaração de guerra contra os trabalhadores, desempregados e pensionistas. [Estas medidas] vão levar a um corte de mais de 4000 milhões de euros nos rendimentos dos trabalhadores da administração pública e do sector privado. Esta é a equidade do governo: rouba aos portugueses mais pobres para dar aos por-

tugueses mais ricos”. A mesma interpretação tiveram os partidos da esquerda parlamentar, PCP e Bloco de Esquerda. Diante dessa “declaração de guerra”, qual deve ser a resposta dos trabalhadores e dos seus representantes?

Para ganhar essa guerra, é preciso uma resposta urgente, unitária e forte. É preciso que as centrais sindicais, com a CGTP à cabeça, convoquem uma greve geral, que seja organizada pela base, nas empresas, mas também pelos milhares de precários e desempregados que participam nos vários movimentos sociais. É preciso construir um calendário de lutas que tenha um objetivo claro: derrotar o governo e a troika, para que os planos de austeridades sejam revogados e aprovado um novo programa para retirar o país da crise. Defendemos a inclusão nesse programa da suspensão imediata do pagamento e auditoria da dívida externa, da nacionalização da banca e das grandes empresas (Galp, EDP, REN, PT, etc.), do aumento do salário mínimo e da redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário. A crise foi feita pelos ricos – que sejam eles a pagá-la!

**C.P.**



# Novo Código do Trabalho reduz o custo do trabalho em 5%

A 1 de agosto deste ano entrou em vigor o novo Código do Trabalho (lei 23/2012), consagrando as alterações aprovadas no Parlamento pela maioria PSD-CDS em junho passado. O PS de Seguro absteve-se



Trata-se de mais uma machadada nos direitos laborais e uma oferta de bandeja ao patronato, como se pode ver pelo conjunto das principais mudanças:

- Corte para metade no pagamento das horas extraordinárias; o trabalho extra deixa de dar direito a descanso compensatório;
- Criação dum banco de horas individual e grupal: o individual

permite que um trabalhador trabalhe mais 2 horas/dia, até um máximo de 150h/ano; o grupal aplica a mesma medida a toda uma equipa;

- Facilitação dos despedimentos e indemnizações mais baratas para as empresas;
- Eliminação de 4 feriados e da majoração de 3 dias de férias por assiduidade;
- Facilitação do recurso ao

lay-off.

Em consequência destas medidas, “o novo Código Laboral reduz o custo do trabalho em 5%” (Jornal de Negócios online, 9/9). De facto, esta lei ajuda os patrões a recuperarem a sua taxa de lucro em tempo de crise, agravando o grau de exploração da força de trabalho. Acrescentemos a isto a medida anunciada por Passos Coelho para 2013, de aumento exponencial dos descontos dos trabalhadores para a Segurança Social de 11 para 18%, ao passo que os patrões vêm a sua taxa descer 5,75%: fica bem claro que Passos & Portas são os melhores servidores dos interesses do patronato.

**O que propõem sindicatos e esquerda parlamentar?**

Em lugar de denunciar e mobilizar a classe contra mais este brinde aos patrões que é o novo Código laboral, a CGTP e os partidos da esquerda parlamentar têm-se limitado a pedir a fiscalização da constitucionalidade do diploma, inclusive endereçando documentos muito bem fundamentados a

Cavaco Silva (fê-lo Arménio Silva a 8 de junho). Quanto à UGT, considera o novo Código um “mal menor” (RTP, 18/6), o que é consensual com o facto de João Proença ter viabilizado o essencial da nova lei ao assinar, em janeiro passado, um acordo de concertação social com as organizações patronais e o governo.

O PCP vai mais longe no cinismo ao exortar os trabalhadores a lutarem contra o novo Código empresa a empresa, fábrica a fábrica, pois (argumenta) “não há nenhuma lei que obrigue qualquer entidade patronal a reduzir salários, a aumentar o horário de trabalho (...) nenhuma entidade patronal terá um problema legal se não introduzir o banco de horas (...) Quer dizer que não há nenhuma lei que obrigue a roubar direitos e estas medidas, todas elas, têm de ser tratadas, decididas nas empresas, nos locais de trabalho” (DN de 1/08, citando o dirigente Paulo Raimundo). Daí que os comunistas estejam “convencidos” de que não haverá decisões unilaterais por parte das empresas, “não porque não haja

vontade de o fazer mas porque a resposta dos trabalhadores, como está visível, vai ser muito grande e vai ser de grande intensidade”. (idem).

**Um exemplo da política reformista**

Assim, ao mesmo tempo que, como é costume, se prepara para responsabilizar os trabalhadores por não darem a tal resposta “muito grande e de grande intensidade”, o PCP põe expectativas na bondade dos patrões para que não tomem decisões “unilaterais”. Na prática, orienta os seus militantes das comissões de trabalhadores e sindicais presentes nas empresas para que concentrem com os patrões decisões “bilaterais” de aplicação do novo Código laboral.

Esta pretensa cooperação entre patrões e trabalhadores normalmente resulta em prejuízo para o trabalhador, como o PCP bem sabe. Como dizem os brasileiros, é uma colaboração em que o patrão dá a corda, e o trabalhador o pescoço... **Ana Paula Amaral (professora)**

## Taxar a IVG? Não, Obrigado

A possibilidade de realizar uma IVG em condições de assepsia e segurança médica, a pedido da mulher, diminuiu as complicações graves pós-aborto (como a perfuração de órgãos ou a sépsis) e os gastos económicos associados para o SNS.



Passaram agora mais de 5 anos sobre a aprovação da lei que permite a interrupção voluntária da gravidez (IVG) até às 10 semanas, a pedido da mulher. Num período de crise económica e de aplicação de medidas de austeridade, sob a égide da troika e de um governo PSD/CDS-PP, muitas têm sido as declarações públicas oficiais a favor da implementação de taxas moderadoras neste ato médico.

O próprio CDS prometeu relançar este debate agora em setembro, invocando a injustiça da isenção de taxas na IVG quando outros procedimentos não a têm. Dizem que querem maior equidade. Por outro lado, vêm administradores

de grupos privados de saúde dizer que a única maneira de salvar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) seria excluir alguns atos médicos e tratamentos não essenciais, como interrupção da gravidez, obesidade e vários tratamentos de infertilidade.

**Uma vitória das mulheres**

A aprovação, em 2007, da lei que despenalizava a IVG foi uma vitória para as mulheres, em especial as trabalhadoras, mas também para toda a classe. A possibilidade de realizar uma IVG em condições de assepsia e segurança médica, a pedido da mulher, diminuiu as complicações graves pós-aborto

(como a perfuração de órgãos ou a sépsis) e os gastos económicos associados para o SNS. O facto de ser uma intervenção oferecida pelo SNS permitiu que fosse acessível às mulheres mais desfavorecidas. Se assim não fosse, a despenalização não seria uma vitória de todas as mulheres, mas sim de apenas algumas.

O registo oficial dos dados das consultas de IVG permitiu o conhecimento da realidade, bem como melhorar as estratégias adequadas a um planeamento familiar de qualidade, um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos.

**Portugal com baixa taxa de IVG**

Apesar da propaganda do governo e de associações a favor da criminalização da IVG, que reiteradamente afirmam que o número de IVGs anuais tem vindo a aumentar, e que este procedimento é um encargo que o SNS não devia comportar num período de crise, existem muitos outros dados, da própria Direção Geral de Saúde, que se “esquecem” de dizer:

- Portugal é o 4º país da Europa com menor taxa de IVG, com 7.34 IVGs por mil mulheres em idade fértil (MIF), um número apenas suplantado pela Alemanha, Grécia e Holanda.
- Portugal tem uma taxa de IVG

inferior à média europeia (10 IVGs por mil MIF);

- Apesar de ter havido um aumento de IVGs desde 2007, esse aumento tem vindo a diminuir (em 2010 aumentou 1,8% em relação a 2009; em 2011 aumentou 1.2%). O número de IVGs em Portugal, a pedido da mulher, está a estabilizar nas 19 500 por ano.
- A esmagadora maioria das IVGs realizadas em serviços públicos é medicamentosa (96%), sendo menos de 4% as IVGs cirúrgicas, pelo que o custo do procedimento é muito inferior ao que fazem parecer. Por outro lado, o SNS poupou com a diminuição drástica das complicações pós-aborto.
- Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, 97% das mulheres que fizeram IVG escolheram um método contraceptivo, o que é um avanço nas estratégias de planeamento familiar, se considerarmos que, em 2006, cerca de 15% das MIF não utilizavam qualquer método contraceptivo.

**Contra os cortes no SNS**

A percentagem de IVG em mulheres desempregadas aumentou em 2011, enquanto diminuiu nas estudantes. Não podemos separar a análise dos números de IVG da situação da classe trabalhadora, já que os próprios especialistas referem a crise como provável causa deste aumento. Ora, se assim é, fa-

zer com que as mulheres paguem não só não vai resolver o problema, como irá agravá-lo. Por outro lado, o argumento de que as mulheres utilizam a IVG como método contraceptivo, fazendo várias IVGs, é um falso argumento, porque a grande maioria delas (mais de dois terços) fá-lo pela primeira vez.

O que está em causa em toda esta discussão é, acima de tudo, a destruição cega dos serviços públicos e, em particular, da saúde. Desviam-nos a atenção para uma árvore, para que não vejamos a floresta. Dizem-nos que temos de ir cortando as despesas do Estado, para equilibrar as contas do país, as contas de uma dívida que governos, banqueiros e outros capitalistas criaram. Cortes e mais cortes para pagar uma dívida que já vimos ser injusta e impagável. Cortam nos salários, no emprego, nos subsídios sociais, enquanto bancos e grandes empresas têm lucros astronómicos à nossa conta.

Não são as IVGs que destroem o SNS, são o governo e a troika.

Pela defesa do planeamento familiar para todos, gratuito e de qualidade, em todas as suas vertentes.

Pela educação sexual nas escolas, obrigatória e de qualidade.

**Flávia Polido**  
(Médica Interna de Psiquiatria)





## Ainda a crise de sucessão no Bloco de Esquerda

Muitos dirigentes do BE multiplicaram-se em entrevistas para dar conta das alterações a operar na direção deste partido, todas já praticamente decididas quando a Convenção, onde deveriam ser discutidas e aprovadas, venha a ter lugar no próximo mês de novembro. Nada de novo aliás, pois durante os 12 anos que militámos no seu seio sempre foi assim. Alguns quadros do BE chegaram a questionar a Comissão Política, sobre a razão de sempre saberem pelo Expresso das decisões que supostamente seriam debatidas e aprovadas na Mesa Nacional. Tudo isto vindo de um partido que no plano do funcionamento interno pretendia ser um modelo de democracia.

Apesar de o autor destas linhas ter sido dirigente do BE desde a sua fundação, membro da sua Comissão Executiva nos primeiros anos do partido e, posteriormente, membro eleito da sua Mesa Nacional até 2011, o seu coordenador, Francisco Louçã, veio a terreiro (DN, 2/9) afirmar: “Por amor de Deus! Gil Garcia (...) não tem nada que ver com o Bloco de Esquerda. Podem ter as opiniões que quiserem, mas, desculpem-me, no Bloco de Esquerda mandam os militantes”. Maior hipocrisia não pode haver. Pelo facto de um ex-dirigente do seu partido ter rompido não deve passar a mensagem que este nada tem que ver com a sua história. Mais parece as falsificações estalinistas quando apagavam de fotografias as figuras de personalidades indesejadas. Só falta mesmo FL vir um dia destes dizer: “GG nunca fez parte do BE”.

E garantir que quem manda no BE “são os militantes” é de bradar aos céus quando todas as decisões sobre a futura liderança foram anunciadas através um texto do grande líder publicado no Facebook com instruções claras das características bicéfalas que ele (só) “aconselharia” que viesse a ter e pouco depois até os nomes dos ditos foram explicitados. Claro que os militantes vão “decidir”, em novembro, o que Louçã e a Comissão Política já decidiram em agosto e setembro. Francamente.

### Sobre a escolha

Mas o mais decisivo, e o que verdadeiramente interessa, é a escolha de João Semedo. Em finais de 2011, foi ele o escolhido para prestar declarações à imprensa sobre a separação da corrente Ruptura/FER, hoje Movimento Alternativa Socialista (MAS), e utilizou connosco os mesmos métodos de calúnia e deturpação usuais na corrente política que o formou. Pois João Semedo arrisca-se a ser no BE o que Carlos Carvalhas representou no PCP, um dirigente de transição.

A orientação que defende para o BE, bem como o sector a que se encontra mais próximo, não condiz, em absoluto com aquilo que Francisco Louçã tem vindo a publicitar nos últimos meses, isto é, a unidade da esquerda. É certo que o mais recente discurso público do líder do BE também não condiz com o que o próprio defendeu durante todos os 13 anos em que foi o seu coordenador. Muitos sa-

bem (bloquistas e imprensa) que o único sector que no BE defendeu a unidade de esquerda, do BE com o PCP e socialistas adversários da austeridade, como o caminho para travar Sócrates, primeiro, e Passos Coelho, agora, foi o Ruptura/FER em unidade com independentes na Moção C. Essa proposta foi apresentada em duas convenções do BE, em 2009 e 2011.

Semedo, Louçã e a sua maioria acusavam-nos de querer “mimetizar” o PCP, mas acabaram, com os outros dirigentes do BE, a conduzir o partido a “juntar forças” com o PS de Sócrates, quer no acordo com António Costa na Câmara Municipal de Lisboa, quer no apoio a Manuel Alegre nas presidenciais de 2011, responsável pela maior derrota eleitoral do BE em junho daquele mesmo ano. Assim, das duas uma, ou Semedo mudou de posição em relação à aproximação que sempre defendeu com o PS ou novos enfrentamentos terão lugar no interior do partido e na sequência de uma eventual nova derrota eleitoral do BE.

### Cenários futuros

É claro que também há a hipótese de o BE, bem como o PCP e até o PS, poderem vir a cavalgar o enorme descontentamento social às medidas de austeridade do governo da direita. Neste quadro, o BE, mesmo sem Francisco Louçã na liderança, mas com Semedo, poderia não quebrar eleitoralmente e a paz interna manter-se durante mais um tempo. Mas, tal circunstância, levaria apenas a um novo adiamento das convulsões internas do BE. A eventual aproximação de um futuro governo liderado pelo PS voltaria a colocar em cima da mesa as divergências entretanto congeladas.

Por agora a crise não é mais grave porque todos os protagonistas são e serão deputados, o que afastará a tentação de novas ruturas (que também se pretendeu evitar agora com a nomeação de Semedo). Mas o PS dificilmente terá maioria absoluta em próximas eleições e precisará de alianças ou acordos para um (falso) “governo de esquerda”. Nesse caso, Semedo terá que se definir categoricamente.

É que no BE, tal como no PCP à altura da liderança do Cunhal, apresentam-se as mesmas dicotomias: no plano político, como conciliar um discurso público para a base operária e popular (mais à esquerda por tanto) e, ao mesmo tempo, apresentar-se como disponível para um governo de esquerda com o PS; por outro, como evitar no plano interno uma rutura com os chamados sociais-democratas (os renovadores) evitando cisões que prejudicariam de conjunto o partido. Ora hoje, os sociais-democratas do BE estão ao leme (Semedo), como Carvalhas a seu tempo (no PC). Louçã, tal como Cunhal, de fora, em aparente abertura de renovação e rejuvenescimento. O futuro nos dirá o que vai ocorrer. No PC, Carvalhas cedeu (?) o lugar a Jerónimo, sem (dramáticas) ruturas, e no BE? Semedo entregará o testemunho a alguém indicado pela UDP?

Gil Garcia



## CTT: os senhores que se seguem

Após ano e meio sem conselho de administração, a empresa CTT tem agora um novo presidente, Francisco Lacerda (ex-CEO da Cimpor) e quatro coadministradores nomeados pelo governo.

São previsíveis as tarefas destes novos mandatários. Segundo o semanário Expresso, uma das prioridades seria o afastamento de cerca de 3 mil trabalhadores, provavelmente os mais antigos e afetos à CGA (Caixa Geral de Aposentações) para uma situação de pré-reforma, facto que ainda não foi confirmado. Uma empresa com mais de 500 anos de serviço público, com cerca de 13.600 trabalhadores efetivos e que continua a apresentar lucros num cenário de crise económica é sem dúvida uma empresa apetecível para os investidores nacionais ou estrangeiros. Sabe-se que o governo terá mandatado o novo conselho de administração a preparar a privatização da empresa. Deveremos, enquanto cidadãos, aceitar a expropriação de um serviço público que se quer universal?

Os Correios são de todos e a sua defesa terá de ser uma das bandeiras da luta contra a destruição do serviço público.



## Sua excelência Miguel Relvas, o novo Conde de Abranhos

Por vontade popular o título foi dado numa das concentrações que desde o passado 16 de julho, sempre às segundas-feiras, se têm vindo a realizar em frente da Assembleia da República para pedir a demissão do impopular ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas.

Os feitos e os não resultados escolares de Relvas, depois de terem deixado as parangonas dos jornais, percorrem as caixas de correio eletrónico e são ainda tema de piada quando se fala em Novas Oportunidades. A fama precede-o, e até fora do país é possível vê-lo ser recebido por um cartaz onde se pode ler: “Vai estudar ó Relvas”. No entanto, a perplexidade pela falta de vergonha continua, e sua excelência foi investido agora de um título inventado pela presciência e ironia de Eça de Queirós, para quem não se coíbe de permanecer no governo, fazendo o seu papel de subserviente servidor da troika ajudando no esbulho dos direitos do povo português.

Vá-se embora Sr. Ministro, demita-se, finja que tem hombridade, pois a sua presença no governo, além da afronta, ultrapassa os limites do suportável mesmo para um povo que ainda não acordou completamente para lutar com afinco contra os desmandos de políticas que visam sobretudo o empobrecimento geral. Apelamos à população para não deixar cair as concentrações das segundas-feiras, às 19h. Fora Relvas, já!

## O porquê dos aumentos dos combustíveis

Ora sobe o petróleo, ora sobe a gasolina, para máximos históricos de 1,749 €, para a gasolina, e 1,505 €, para o gasóleo. Segundo os analistas a culpa é da evolução das cotações nos mercados internacionais, relacionada com a instabilidade no Médio Oriente, a diminuição dos stocks de crude e de produtos refinados e, ainda, da quebra de produção no Mar do Norte. A responsabilidade pelo preço ser tão alto em Portugal, em comparação com a média europeia, é atribuída aos impostos cobrados pelo Estado. O economista Eugénio Rosa ([http://resistir.info/e\\_rosa/combustiveis\\_19ago12.html](http://resistir.info/e_rosa/combustiveis_19ago12.html)) provou que isso não é verdade. A verdade é que as empresas que dominam o mercado dos combustíveis, GALP, REPSOL, CEPESA e BP, estão a ter lucros exorbitantes, com a complacência do Estado, através da Autoridade da Concorrência (AdC), que nada faz para impedir esse cartel. Segundo o estudo de Rosa, o preço sem impostos cobrado em Portugal pelo gasóleo era superior ao preço médio praticado na União Europeia em mais 6,6%; e o da gasolina, em mais 5%. Mas o preço com impostos, isto é, aquele pago pelo consumidor final, era inferior ao preço médio em menos 2,5%, no caso do gasóleo, e superior em 1,8%, no caso da gasolina. Conclusão: a diferença de preços médios dos combustíveis entre Portugal e a União Europeia deve-se aos preços que revertem na totalidade para as empresas.

Lina Pereira



# “Ó Crato vai-te embora já!”, hecatombe no ensino

Os números são brutais: dos mais de 51 mil candidatos aos concursos de professores, 40 mil não foram colocados. Destes, pelo menos 6 mil eram professores com mais de dez anos de serviço. Trata-se do “maior despedimento coletivo realizado em Portugal”, diz a Fenprof.



As razões para esta hecatombe na Escola pública já são conhecidas: era preciso cortar 102 milhões de euros na Educação para cumprir os ditames do memorando da troika, e o ministro Crato diligentemente preparou, no último ano letivo, as medidas que conduziram a este resultado:

- aumentou o número de alunos por turma;
- decretou uma revisão curricular que diminuiu horas de ensino em várias disciplinas;
- reorganizou o horário letivo para pôr os professores a trabalharem mais horas, diminuiu as horas

para a direção de turma, etc.;

- criou 150 novos mega-agrupamentos.

Quem tinha ilusões nas promessas de Nuno Crato dum ensino “de rigor e exigência” tem aí o verdadeiro conteúdo da sua política: rigor nos cortes no ensino público para satisfazer as exigências dos mercados financeiros. Nada mais.

### Para pagar a bancos e boys despedem no ensino

Nuno Crato não tenciona ficar por aqui. Em entrevista ao semanário Sol de 6 de setembro, e um dia antes de Passos Coelho

anunciar mais um devastador pacote de austeridade para 2013, afirmou que há professores a mais e que “a redução de professores é inevitável nos próximos anos”.

Não seria de esperar outra coisa. Quando o governo pagou em junho a bancos credores da dívida portuguesa (a maioria dos quais alemães e franceses) “obrigações no valor de 8,7 milhões de euros do tempo do governo PSD-CDS de Durão Barroso” (DN, 29/8/12); quando assessores e boys do governo continuam a usufruir de benesses escandalosas e os bancos privados a receber ajudas estatais; quando

enfim a dívida pública, pela qual os trabalhadores e reformados deste país não são responsáveis, disparou para mais de 188 mil milhões de euros - mais 55 milhões de euros do que há ano e meio! – que pode Crato prometer senão mais desemprego e piores condições nas escolas? A troika decide e os ministérios cumprem: sangrem-se os serviços públicos e os salários de quem trabalha ou trabalhou para acudir a bancos, especuladores e boys do governo.

### Protestos simbólicos em vez de luta efetiva

Infelizmente, as próprias direções sindicais alimentam ilusões em Nuno Crato. No final duma vigília em frente ao ME em 27 de julho, o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, afirmou que a tutela “reconheceu” que os horários-zero e a vinculação dos professores contratados eram “problemas para os quais (iria) procurar resposta rápida” (citado pela Lusa) e considerou estas ocas palavras ... “uma vitória” (sic!).

Assim, em vez de preparar uma mobilização em setembro que marcasse o início do ano letivo com a revolta dos professores – contratados, efetivos e desempregados – os

sindicatos da Fenprof limitaram-se a organizar “protestos simbólicos” nos centros de emprego no dia 3. E no dia seguinte, já depois de conhecidos os gravíssimos números dos despedimentos, a Fenprof escreveu ao ministro pedindo-lhe “uma reunião com carácter de urgência” para tratar, entre outras coisas, do “regime extraordinário de vinculação de professores”. Perante o desastre, a maior federação sindical de professores continua a privilegiar a via da (falsa) negociação.

A resposta de Crato é lapidar: não só anuncia que o despedimento de professores continuará e é “inevitável”, como arrogantemente afirma, na mesma entrevista ao Sol, que “a contestação na rua não vai acontecer”.

Pode ser que se engane. Pois o que está na ordem do dia para a classe docente é – com ou sem Fenprof – retomar a contestação na rua, reivindicar a reintegração dos colegas despedidos, exigir que os sindicatos rompam o quadro de “diálogo” com o ministro, pedir a demissão deste. Foi o que gritaram milhares de professores nas manifestações de julho em Lisboa e Coimbra: “Ó Crato, vai-te embora já!”.

**Ana Paula Amaral**  
(professora)

# Depois da greve, a luta dos médicos deve continuar!

Passada a greve, não só o governo não recuou, como sugeriu que médicos com mais de 50 anos voltassem a fazer obrigatoriamente bancos à noite. É preciso unir médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, auxiliares e doentes. Com o Governo e a troika unidos, por que continuamos a lutar separados?



Depois da histórica greve dos médicos de 11 e 12 de julho, com paralisação praticamente total dos hospitais e centros de saúde, o governo prometeu negociar com os sindicatos médicos algumas das reivindicações da classe. Quase dois meses depois, não há entendimento. É hora de recomeçar a luta.

### Motivos mantêm-se

A greve de 11 e 12 de Julho foi uma mobilização praticamente unânime causada pelos consecutivos ataques do governo PSD/CDS (e que já tinham sido iniciados pelo governo Sócrates, sobretudo com Correia de Campos no Ministério da Saúde) à função pública e à saúde, com aumento de taxas moderadoras e diminuição

da comparticipação dos transportes e exames complementares de diagnóstico.

A gota de água foi a abertura do concurso de contratação de médicos pelo mais baixo custo, numa tentativa de aniquilar, de vez, as carreiras médicas e tentando precarizar a classe. O efeito para o Sistema Nacional de Saúde seria absolutamente ruinoso, já que, além da mobilidade dos médicos, sempre sujeitos a serem transferidos para outro centro hospitalar no país, os doentes deixariam de ter o seu médico, podendo ser vistos na primeira consulta por um, na segunda por outro, na terceira por outro e por aí adiante.

Em nada disto houve recuos do governo. Pressionado pelas exigências da troika que lhes servem de álibi para não fazer concessões aos trabalhadores, o governo PSD/CDS encetou negociações para calar a classe e parar a onda de luta e de solidariedade que se juntou. No entanto, como já tínhamos avisado, este governo não merece qualquer crédito ou con-

fiança. Passada a greve e os seus efeitos imediatos, não só o governo não recuou, como sugeriu que médicos com mais de 50 anos voltassem a fazer obrigatoriamente bancos à noite. Tal medida é injusta, ofensiva e perigosa.

Uma urgência de noite é um turno difícil, desgastante, que obriga a um esforço físico e intelectual imensos – imagine-se a tomar decisões que definem uma vida às 4h da manhã, sem dormir, depois de ter visto dezenas de doentes. Com mais de 50 anos, a maioria dos médicos já não quer fazer estes turnos porque já não se sentem capazes de os fazer e, se assim é, não devem ser obrigados a isso. A medida fará perigar os doentes e retira esses mesmos médicos dos turnos normais no internamento e na consulta externa. É uma péssima gestão de recursos e, claramente, uma provocação.

Em termos de tabela salarial, os sindicatos médicos não têm conseguido avançar nada.

Afinal, a greve de 11 e 12 de Julho não chegou. É preciso con-

tinuar.

### É preciso avançar na luta

Não será nas reuniões entre sindicatos e governo que os médicos conquistarão os seus direitos e defenderão o SNS. Será nas ruas, nos hospitais, nos centros de saúde. Os médicos devem organizar, democraticamente, novas manifestações e começar a preparar uma nova greve.

É preciso, para dar mais força a essas lutas, unir as reivindicações médicas com as dos enfermeiros, técnicos de saúde, auxiliares e, sobretudo, dos doentes. Deve haver uma chamada à participação dos doentes do SNS nas manifestações, nas concentrações, em tudo. Com Passos, Gaspar, Macedo e a troika unidos, por que continuamos a lutar separados?

A greve de Julho mostrou que os médicos estão unidos e dispostos a lutar. Mostrou que a população está do lado dos médicos. Não há que ter medos. A luta dos médicos não deve ficar fechada na caixinha das negociações. Deve sair às ruas.

**M.N.**



# A alternativa para esquerda é unir-se contra a troika



“Quando a esquerda está dividida e a direita continua unida, o povo é que paga!”, este foi um dos refrões com mais sucesso nas últimas manifestações. Não foi só a música engraçada que ficou no ouvido, foi um sucesso porque ex-

plica o que salta à vista de todos: perante a troika, o Governo e até o PS coligados a favor da austeridade, a esquerda dividida nada conseguirá.

A vida do povo não para de piorar. O desemprego destrói o país e

é usado como ameaça para impor mais exploração nas empresas. Parece impossível resistir e quando há lutas parece impossível vencer. Dizem-nos que não há margens para cedências, que tudo é imposto pela troika ou pelos mercados. E que por isso o governo tem de cortar nos de baixo para dar aos de cima.

Porque parece impossível mudar? Cada vez mais trabalhadores discordam da austeridade e das medidas do governo e as sondagens dão até uma subida para a esquerda anti-troika, o Bloco de Esquerda e o PCP. Só parece não haver alternativa porque estes dois partidos se mantêm divididos, na oposição, sem fazer muito para enfrentar o governo.

Unir a esquerda contra a austeridade é essencial para quebrar o discurso da inevitabilidade. Vimos um pouco disso nas eleições gregas, com a esperança que o Syriza gerou. E vimos como a hipótese de um governo de esquerda, contra o memorando da troika, saiu furado devido à política do Partido Comunista Grego de recusar a unidade. É preciso imitar os bons exemplos da esquerda grega mas sem repetir os seus erros. Essa seria responsabilidade de BE e PCP. É para o dizer ao país que o MAS irá participar no Congresso Democrático das Alternativas (CDA) no próximo dia 5.

Manuel Afonso

## Duas propostas para unir a esquerda

Depois das eleições gregas, muitos falam da unidade de esquerda. Mas estas palavras escondem projectos opostos. O MAS propõe uma unidade entre BE e PCP para romper com a troika e acabar com a austeridade. Infelizmente a proposta que está em cima da mesa para alguns, como o Bloco e a chamada “esquerda do PS” não é essa. A unidade de esquerda que está a ser proposta pelos organizadores do CDA é a repetição do desastre de Manuel Alegre. Nenhum Governo de Esquerda será feito com o PS.

## Medidas para um Governo de Esquerda:

- Romper com o Memorando da Troika;
- Nenhum corte para salvar o euro;
- Suspender o pagamento da dívida pública para investir no emprego, na saúde e na educação;
- Prender quem afundou o país e roubou o povo;
- Baixar o IVA e taxar Offshores e grandes empresas;
- Aumentar o salário mínimo;
- Renacionalizar empresas estratégicas, investir na indústria, pescas e agricultura;

## Unidade, propostas e responsabilidades



Bloco de Esquerda e PCP encaminham-se para os seus momentos de debate interno. O BE terá a sua Convenção em novembro, e o PCP, o seu Congresso em dezembro. Passou-se um ano e meio de governação destrutiva da troika e das direitas. A esquerda deve aproveitar para repensar a sua estratégia. Seria necessário inverter a política seguida até aqui, uma espécie de estratégia concertada de BE e PCP em se

manterem... desunidos.

Perante a guerra social que tem sido movida ao povo é preciso unir todos os trabalhadores, desempregados e sectores populares esmagados pela austeridade e estes partidos têm aí uma grande responsabilidade. O MAS acredita que uma frente entre Bloco e PCP, na qual participaríamos com toda a energia, poderia servir de polo de atração a todos os descontentes e revoltados com a barbárie da austeridade.

Imaginemos por exemplo uma Greve Geral contra o roubo nos salários e pela devolução completa dos subsídios, convocada por um grande comício que juntasse Jerónimo de Sousa, Francisco Louçã e Arménio Carlos. A própria UGT seria obrigada a tomar posição. Podia-se unir nas empresas e nos bairros todos

os ativistas de esquerda e reforçar assembleias, piquetes e manifestações. A confiança e vontade dos trabalhadores e da juventude para lutar seria mais que o dobro, porque não seriam movidos apenas pelo repúdio a este governo, mas pelo vislumbre de uma alternativa. Abria portas a uma maioria social para substituir os governos da austeridade. Ao manterem-se desunidos, BE e PCP bloqueiam essa solução, contentam-se em fazer oposição e viver disso. Romper esse marasmo é o desafio que o MAS faz aos milhares de bloquistas e comunistas que compreendem a necessidade de unir a esquerda.

M.A.

## Unir as lutas

Os despedimentos, muitas vezes em grandes empresas com lucros, o roubo nos salários, com o mínimo a descer para os 367 euros, o despedimento de 40 mil professores, e outros desfalques fazem os trabalhadores ferver de indignação. É natural e essencial que as lutas surjam, nas empresas, nas escolas e nas ruas. Vindas de sindicatos, com ou sem o apoio das centrais, dos novos movimentos sociais ou simplesmente de trabalhadores revoltados que saem à luta.

Porém para que estas lutas se juntem num grande levantamento contra a austeridade é preciso vontade política. Não podemos voltar a ter professores e médicos a saírem à rua contra o mesmo governo com dois dias de diferença. Não pode continuar

a manter-se a Função Pública a fazer greves num dia e os professores no outro, dividir trabalhadores de estudantes, desempregados de empregados e precários de efetivos. Nem afastar o movimento sindical dos novos movimentos como o 15 de Outubro ou a Geração à Rasca. Também nas lutas é preciso unir a esquerda, BE e PCP tem responsabilidade nisso, até por dirigirem parte desses movimentos. O MAS defende em cada greve, manifestação ou assembleia a máxima unidade e democracia nos movimentos e sindicatos. Este é outro desafio essencial a todos os que à esquerda querem derrotar o governo e a troika.

M.A.



# MAS realiza acampamento para debater a crise europeia

No Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários, em Serpins, reuniram-se cerca de 120 jovens de Portugal e Espanha para buscar alternativas comuns para a luta contra a austeridade.



Numa Europa onde governantes massacram a população com sucessivos pacotes de austeridade e resgatam, ao mesmo tempo, bancos e especuladores, torna-se urgente discutir a resposta que, conjuntamente, trabalhadores e juventude devem dar para impedir a progressão desse caminho. Foi com esse intuito que cerca de 120 pessoas, entre amigos, simpaticizantes e militantes, aceitaram o convite e marcaram presença no Acampamento Internacional de Jovens Revolucionários, organizado pelo Movimento de Alternativa Socialista (MAS), entre os dias 27 e 29 de julho em Serpins, Coimbra.

Este ano o evento teve uma característica especial: para além da comparência de ativistas de Bra-

ga, Coimbra, Lisboa e Algarve, a partilha de experiências de luta saiu reforçada com a vinda de 50 ativistas ligados à Corriente Roja, de Espanha, e provenientes de regiões como Catalunha e Andaluzia.

## Marxismo e crise na Europa

Tendo como pano de fundo a beleza natural da povoação, localizada num vale arborizado e atravessada pelo rio Ceira, os três dias de discussão permitiram abordar vários temas fundamentais para quem se propõe apresentar uma alternativa política forjada no combate quotidiano. Num dos debates, que se debruçou sobre a perspetiva marxista de trabalho e a alienação, discutiu-se como o trabalhador é reduzido a um mero

servo do seu patrão, que impõe as suas condições e se apropria do fruto do seu esforço.

Entre discussões, também houve oportunidade para vários momentos de convívio e lazer, aproveitados para banhos de rio, passeios pelas redondezas, prática de desporto ou troca de ideias e experiências de luta. À noite, altura para uma confraternização mais descontraída e relaxada, com um pezinho de dança partilhado por diferentes estilos musicais, de várias regiões da Península Ibérica.

Um outro debate centrou-se nos efeitos da crise na Europa e a estratégia das suas potências (Alemanha e França), focadas em continuar a empobrecer os países periféricos, destruindo-lhes os sectores produtivos e subordi-

nando-os à chantagem da dívida. “Pagam a sua dívida com a nossa educação”, dizia uma das faixas penduradas na sala de plenário, trazida pelos estudantes de Corriente Roja. Muitas foram as perguntas levantadas durante a discussão: será inevitável continuar a pagar esta dívida? Será o acirrar da crise um fator de maior mobilização nas ruas?

## A luta mineira

O acampamento, que funcionou com uma equitativa distribuição de tarefas pelos presentes, contou também com a presença de um jovem mineiro das Astúrias, num momento em que a luta dos trabalhadores do sector se intensificava e confluía na marcha de 11 de julho, em Madrid. As palavras

emocionadas do companheiro não deixaram ninguém indiferente, transmitindo a miséria e dificuldades atuais dos mineiros, num contexto de completo desinvestimento no sector, que o governo pretende ver extinto até 2018.

Os três dias não podiam terminar sem que as perguntas levantadas ao longo dos debates obtivessem uma resposta de grupo. Na perspetiva do MAS, sair da crise é antónimo de austeridade. Delapidar serviços públicos, cortar subsídios e aumentar impostos ou propinas não fará a situação voltar à normalidade. Continuar a pagar a dívida - criada pela crise do capitalismo e alimentada por casos como o do BPN ou pelas famosas Parcerias Público-Privadas - representa um brutal fardo para trabalhadores e juventude. É por isso necessário um partido que o diga sem medo, quando a maior parte já se demitiu dessa tarefa. De Serpins, trouxe uma reforçada vontade de construir essa alternativa, nas ruas, buscando um novo 25 de Abril. Não só em Portugal ou Espanha, mas a nível internacional.

Daniel Veloso

## Juntos estamos quase a legalizar o MAS

### Campanha de legalização

Depois de 6 meses a recolher assinaturas por diversas localidades do país já alcançámos 6000 assinaturas, perto das 7500 exigidas por lei. A nossa legalização vai permitir-nos intervir em toda a plenitude, incluindo as próximas eleições.

Se ainda não assinaste podes fazê-lo junto aos nossos piquetes nas ruas ou através da nossa folha de assinaturas em **www.mas.org.pt**



### Unir a esquerda!

Contra a austeridade da troika e para acabar com os (des)govenos do PS/PSD/CDS.

### Suspender o pagamento da dívida!

Porque a dívida não é nossa, mas sim daqueles que cavaram os buracos do BPN, da Madeira, dos submarinos, etc. Só a suspensão do pagamento da dívida pode relançar a economia e criar empregos.

### Por um novo 25 de Abril!

Porque não queremos só migalhas e sabemos que todos juntos e organizados podemos mudar a nossa realidade. Há quem diga que as revoluções acabaram, mas em Portugal fez-se uma em 1974/75 e agora vemos todos os dias elas acontecerem nos países árabes.





Trabalhadores da RTP conversam com os jornalistas após assembleia, em agosto, contra a privatização da empresa

## Um negócio escandaloso

A forma como a privatização da RTP está a ser conduzida é exemplar do funcionamento da quadrilha que tomou conta do país.

Governos e homens que os chefiavam quase sempre têm o perfil adequado à missão que a classe que representam lhes atribui. É o caso de Portugal. Parte da burguesia portuguesa queria - e conseguiu - um governo sob medida para privatizar o país. No rol das privatizáveis entram empresas cujos serviços são fundamentais para a população, como a água, a eletricidade ou a comunicação e a cultura. Neste último caso temos a RTP.

A privatização da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), há muito já falada, tomou conta do noticiário mais recentemente quando o consultor do governo para as privatizações, António Borges, informou que o modelo mais provável seria o da concessão de um dos canais de TV, a RTP1, a privados e o fecho de outro, a RTP2.

Borges, é conveniente lembrar, tem um importante currículo prestado à burguesia nacional e internacional, como vice-governador do Banco de Portugal, vice-presidente do Conselho de Administração do Goldman Sachs e membro da administração de empresas como BNP Paribas, Petrogal, Sonae ou Jerónimo Martins. Foi o mesmo que, em 2011, ganhou 225 mil euros livres de impostos e defendeu a redução de salários em Portugal.

Na mesma entrevista em que anunciou o mais provável modelo de privatização da TV pública, Borges esclareceu que dele constava a transferência à empresa compradora dos recursos obtidos com a taxa do audiovisual cobrada a todos os portugueses nas contas de eletricidade. O valor arrecadado com essa taxa é de cerca de 140 milhões de euros anuais, quantia suficiente para pagar toda a programação da RTP e boa parte dos salários dos seus funcionários. Segundo o jornal *Expresso*, haveria

lucro garantido em 2013 de pelo menos 20 milhões de euros. Desta forma, o que o governo pretende é dar de bandeja ao setor privado um negócio sem riscos e fazer com que seja o povo português a pagá-lo.

### Conexão Angola

Por trás de António Borges estão várias figuras sinistras, como o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, responsável no governo pela gestão da privatização da RTP e famoso por ameaçar jornalistas e fabricar diplomas. Entre os possíveis interessados na compra do canal público estaria o grupo angolano Newshold, proprietário do semanário *Sol*. As ligações de Relvas com empresários angolanos são bastante conhecidas e chegaram a provocar o encerramento de um programa de rádio na Antena 1, no qual o jornalista Pedro Rosa Mendes ousou criticar essas relações privilegiadas.

Próximo de Relvas e também relacionado com os interesses de empresas angolanas em Portugal seria o novo presidente da RTP indicado pelo governo, Alberto da Ponte, na sequência do pedido de demissão do seu conselho de administração. No currículo do novo presidente da empresa, antigo presidente da Sociedade Central de Cervejas e gestor da Heineken, não consta qualquer passagem por empresas ligadas à cultura ou à comunicação, o que provocou estranheza à Comissão de Trabalhadores da RTP, expressa num dos seus comunicados: “Sabe-se que Alberto da Ponte tem tido algum sucesso na indústria cervejeira e que ainda recentemente vem promovendo projeto com começo auspicioso no peculiar mercado angolano - sempre a ‘Angolan connection’”.

No mesmo comunicado, a CT esclarecia sobre as tarefas do novo gestor: “Mas a indústria cervejeira não é propriamente aparentada com o serviço público de rádio e televisão - a não ser a partir do momento em que se queira proceder como comissão liquidatária. Só a partir desse momento se tornam parecidas as atividades mais díspares. Destruir uma empresa não exige nenhuma grande especialização”.

Para esta missão Alberto da Ponte parece ter particular vocação. São atribuídas a ele algumas ideias sobre a relação capital-trabalho bastante sugestivas de como pretende atuar na RTP. Em 27 de outubro do ano passado, em entrevista ao *Sol*, defendeu que o sector privado apostasse nos despedimentos como alternativa aos cortes do subsídio de Natal e de férias aplicados à função pública. Em outra oportunidade, em declarações à Lusa, considerou que o acréscimo de meia hora extra de trabalho, uma medida anunciada e depois abandona pelo governo, seria pouco. Ao comentar as últimas eleições em Angola, num programa especial da RTP, Ponte perguntou ironicamente “se podemos querer para Angola e em geral para África o mesmo tipo de democracia que temos na Europa”.

É este o homem escolhido pelo governo de Passos Coelho/Relvas para gerir a destruição do serviço público de rádio e televisão em Portugal e deixar o terreno livre para a criação de um novo canal privado subsidiado pelo povo português.

**Cristina Portella**

## Todos juntos para “lixar a troika”!

Mas o protesto não poderá ficar por aqui, não será só num dia que conseguiremos demonstrar a nossa força... teremos que continuar, com novos protestos, manifestações, greves e, se possível, enquadrando-os com quem, como nós, noutros países também sai à rua.

Já com um ano contado desde a chegada da troika a Portugal, o povo vê-se cada vez mais na miséria, à beira de um precipício que se impõe cada vez mais próximo. Na semana em que a troika nos visita para confirmar se o governo PSD/CDS/PP é um aluno obediente, tudo vai mudando para que fique pior: o desemprego atinge os 15,7%, os cortes na educação e na saúde aumentam, a RTP à beira de ser privatizada, o défice derrapa e Passos Coelho anuncia mais medidas de austeridade... tudo em função do pagamento dos juros de uma dívida que servirá para pagar a banqueiros e especuladores. E, no final das contas, ficaremos mais pobres, mais precários e, exponencialmente, sem trabalho.

Não só em Portugal a crise se acentua, mas também por toda a Europa, nomeadamente na Grécia, que terá cortes de 11,5 mil milhões de euros no próximo semestre, o que representará para o povo grego mais medidas de austeridade, e no Estado Espanhol, com a União Europeia/BCE a pressionarem o governo de Mariano Rajoy a também pedir o resgate à troika.

Se por um lado o cenário está prestes a desmoronar-se, por outro há soluções verdadeiras e reais: o povo terá de reclamar, criticar, exigir e lutar. Precisamos de sair à rua enquanto é tempo e exigir que o governo pare de servir os interesses dos banqueiros e dos

ricos. Afinal, foi a isso que assistimos quando vimos, por exemplo, o Estado injetar 8 mil milhões de euros para salvar o BPN.

Quase um ano depois do 15 de Outubro, é urgente voltar a sair à rua e sermos consequentes com as nossas ideias. Queremos a troika fora daqui! Por isso, no dia 15 de setembro, estamos em força no protesto "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas". É importante estarmos todos juntos contra a troika e contra as medidas aplicadas por este governo: queremos demonstrar-lhes que não estamos a brincar e que, de facto, exigimos as nossas vidas. É importante perceber-se que toda esta austeridade não servirá de nada - ao contrário do que nos dizem, este caos em que transformaram as nossas vidas não estará solucionado nem daqui a 5, 10 ou mesmo 15 anos. Virá para ficar se não lutarmos.

Mas o protesto não poderá ficar por aqui, não será só num dia que conseguiremos demonstrar a nossa força... teremos que continuar, com novos protestos, manifestações, greves e, se possível, enquadrando-os com quem, como nós, noutros países também sai à rua. Para vencermos a troika, teremos de dinamizar novamente os espaços de luta, de forma aberta e democrática, e impulsionar novas assembleias populares, para que cada um possa dar o seu contributo e todos decidamos em coletivo.

**Sofia Rajado**







# Imperialismo unido contra a liberdade de expressão

Julian Assange, o fundador do WikiLeaks, continua refugiado na embaixada do Equador em Londres, para fugir da perseguição conjunta dos EUA, da Grã-Bretanha e da Suécia.

Como é sabido, o site WikiLeaks difundiu, contra a vontade do governo dos Estados Unidos, mais de 250 mil documentos confidenciais da diplomacia norte-americana e que provocaram um profundo embaraço a esse governo. Só para se ter uma ideia, esses documentos lançam luz sobre as ações da NATO que, no Afeganistão, provocaram a morte de milhares de civis e que os governos ocidentais procuraram ocultar ou minimizar ao longo dos anos.

Devido a esse facto, Assange é alvo de profundo ódio dos setores mais reacionários e abertamente imperialistas daquele país, apesar de a Administração Obama ainda não ter pedido oficialmente a sua extradição. Por exemplo, o vice-presidente Joe Biden, que nem sequer é considerado um falcão, classificou-o como um terrorista de alta tecnologia.

Para além disso, não podemos esquecer o caso do soldado Bradley Manning, considerado por muitos como a fonte que forneceu os documentos ao WikiLeaks, detido desde maio de 2010 nos

EUA e que esteve quase um ano preso em confinamento solitário em condições consideradas por um funcionário das Nações Unidas como cruéis, desumanas e degradantes, com reflexos evidentes na sua saúde mental. Embora os procuradores tenham manifestado a intenção de não solicitar a pena de morte, é mais do que certo que Bradley será condenado a prisão perpétua e que Assange terá o mesmo destino caso venha a cair nas garras da justiça dos EUA.

### Abuso ou manipulação?

É neste contexto que surgem as acusações de abuso sexual que duas cidadãs suecas proferiram contra Assange em 2010. É certo que ninguém pode deixar de condenar crimes sexuais, mas as circunstâncias em que essas acusações surgiram não podem deixar de alimentar fortes suspeitas de manipulação. Assange nem sequer se encontra acusado formalmente de qualquer crime, e as mulheres que o acusam reconhecem que, pelo menos, inicialmente, os atos sexuais foram consensuais. Além

disso, pelo menos uma das mulheres alterou a sua versão dos acontecimentos.

Também a recusa dos procuradores suecos em interrogarem Assange no estrangeiro, apesar de a lei o permitir, não pode deixar de levantar suspeitas, e a Suécia, no passado, já colaborou, de forma particularmente ultrajante, com os EUA na perseguição de suspeitos de terrorismo. Por outro lado, o governo e a justiça suecos têm-se recusado a dar garantias de que Assange não seria extraditado para os EUA. Por tudo isto, a recusa de Assange em ser extraditado para a Suécia é mais do que justificada.

### Hipocrisia britânica

Mas há também que sublinhar o papel vergonhoso e absolutamente hipócrita que a justiça e o governo britânicos têm desempenhado nesta história. Como é sabido, o ex-presidente do Benfica, João Vale e Azevedo, fugiu de Portugal, onde foi condenado a um cúmulo jurídico de 5 anos e meio de prisão por crimes económicos, para o Reino Unido onde se encontra a

viver pelo menos desde 2006. Em 2008, foi formalmente pedida a sua extradição para Portugal, mas até agora não há uma decisão definitiva. Em contrapartida, a extradição de Assange foi pedida pela Suécia no final de 2010 e já há decisão definitiva! Quer dizer, quando se trata de um vigarista condenado definitivamente e a quem já não se aplica a presunção de inocência, a justiça leva anos a decidir e o governo nada diz, mas quando se trata de um cidadão em relação ao qual não há sequer uma acusação formal, a justiça decide com muito mais rapidez. É o famigerado Estado de Direito Democrático em ação!

Todos estes factos levam a que não se possa deixar de condenar, sem reservas nem ambiguidades, o comportamento provocatório e arrogante do governo do Reino Unido, bem como dos procuradores suecos, cujo objetivo é o de punir um homem que ajudou a revelar, entre muitas outras coisas, o papel sujo que as tropas britânicas desempenharam no Afeganistão e no Iraque. **C.K.**

# Liberdade para as Pussy Riot!

Das prisões políticos à fraude eleitoral e à repressão dos protestos de rua, todo o autoritarismo do regime russo é uma condição essencial para manter os privilégios dos oligarcas.

Em fevereiro último, no pico do inverno russo, eis que um grupo de jovens mulheres artistas abre mais uma brecha no gelo do regime de Putin com um pequeno concerto improvisado numa catedral moscovita. A saga que começou no altar com cantos de "Virgem Maria, livra-nos de Putin!" fez correr muita tinta e culmina em meados de agosto com uma sentença a dois anos de prisão efetiva por "hooliganismo motivado por ódio religioso".

O veredicto, na prática, não é da juíza, mas do próprio Putin, que já se via desde novembro visado por protestos inéditos na Rússia denunciando a fraude eleitoral, a corrupção e a falta de liberdades do regime. A canção das Pussy Riot deu mais uma nota musical ao movimento que viria a seguir com cada vez mais força, como mostrou a gigantesca manifestação de 6 de maio em Moscovo, onde, pela primeira vez, as forças da OMON (polícia de choque), até então habituadas a tratar os manifestantes com a arbitrariedade com

que se trata um saco de boxe, viram incrédulos estes defendem-se da sua repressão e inclusive ferir alguns dos seus.

### Privilégios

Das prisões políticos à fraude eleitoral e à repressão dos protestos de rua, todo o autoritarismo do regime russo é uma condição essencial para manter os privilégios dos oligarcas donos do país, da classe política corrupta e dos interesses europeus e americanos que rapinam as riquezas produzidas na Rússia. Agora ainda mais, quando o governo lança uma série de políticas agressivas de fecho de hospitais e escolas e corte de gastos sociais, toda uma tragédia que nós aqui em Portugal e noutros pontos da Europa já conhecemos bem demais.

O vira-o-disco-e-toca-o-mesmo dos poderosos é infelizmente ainda mais familiar quando se vê que o governo russo salvou a banca com injeções maciças de capital durante a primeira onda da crise. Se

algumas migalhas dos lucros do petróleo permitiram durante os últimos anos melhorar o nível de vida dos trabalhadores russos, a perspectiva é de que agora sejam usados apenas para conservar os lucros dos mais ricos e das multinacionais, grupos cujos impostos foram recentemente congelados.

Por outro lado, destruindo o que resta do estado social e abrindo a porta a privatizações na saúde e na educação, Putin propõe-se aprofundar o trabalho sujo de restauração do capitalismo começado nos anos 80 pelo degenerado e ditatorial Partido Comunista da União Soviética, na altura sob a batuta de Gorbachov.

### Aperto nas liberdades

E é neste contexto, prevendo uma maior resposta dos trabalhadores e da juventude aos seus ataques, que o regime aperta ainda mais o seu espartilho nas liberdades políticas, civis e artísticas, como se pode ver pela repressão às Pussy Riot ou a outros indivíduos e grupos



Pintura feita em 2010 pelo grupo Voina numa ponte levadiça de São Petersburgo, virada para a sede do FSB (polícia secreta, ex-KGB)

como, por exemplo, os Voina (ver foto). Mas como prova o ambiente do último ano e a manifestação de 15 de setembro que se avizinha, este aperto talvez não seja o bastante para Putin e os seus fazerem o que querem. Ou, como diz Nadezhda Tolokonnikova, uma

das três Pussy Riot presas, com apenas 22 anos: "Algo inacreditável está a acontecer na cena política da Rússia: uma pressão poderosa, insistente e exigente da sociedade frente às autoridades. O sistema 'putinista' está a ter dificuldade em controlar-nos". **André Traça**



# A revolta contra o *apartheid* explode na África do Sul

No dia 17 de agosto, a polícia sul-africana reprimiu selvaticamente uma manifestação de 3 mil trabalhadores em greve da mina Marikana, assassinando 34 operários e ferindo outros 78. Um mês depois, a luta se mantinha e estendia-se a todo o país, com manifestações de 10 mil trabalhadores armados de paus a gritar: "O homem branco está tremendo! Os polícias que nos atiraram estão tremendo!".

O massacre recorda os piores atos repressivos da época do *apartheid* e obriga-nos a fazer a pergunta: o que mudou na África do Sul desde o fim do sinistro regime político em 1994? É uma amostra de que a profunda desigualdade social entre a minoria branca (menos de 10%) e a imensa maioria negra (80%), de fato uma clara divisão de classes, não terminou com o *apartheid*, nem tampouco alterou a estrutura econômica e social que está na base dessa profunda desigualdade.

O que mudou foi o facto de que agora existe um regime e um governo controlados por um pequeno sector da população negra, uma nova burguesia que passou a defender o estado capitalista. A África do Sul tem quase 50 milhões de habitantes e é o país mais desenvolvido e industrializado do continente africano. O eixo de sua economia é a atividade mineradora, especialmente a



extração de ouro, diamantes e platina (é o principal produtor mundial deste metal). Atualmente, existem cerca de 500 mil trabalhadores mineiros, em sua absoluta maioria negros já que, pelas condições de trabalho e salários, os brancos não querem trabalhar nesta indústria.

## Governo neoliberal

O atual presidente da África do Sul, Jacob Zuma, foi eleito em 2009 e, no exterior, era considerado representante de um setor mais à "esquerda". Mas a realidade é que ele representa uma continuidade da linha neoliberal, favorável à burguesia sul-africana branca e negra e à imperialista, adotada pelo Congresso Nacional Africano

(CNA).

Por exemplo, a maioria dos sul-africanos pede a nacionalização da mineração, em grande medida em mãos estrangeiras (a empresa Lonmin, proprietária da mina Marikana, tem a sua sede em Londres). A repressão aos mineiros de Marikana completa o quadro para vermos de que lado estão Zuma e o seu governo.

## Crise no sindicalismo

A COSATU é a principal central sindical sul-africana, construída na luta contra o *apartheid* e em oposição aos velhos sindicatos "só para brancos". Hoje está aliada, e de fato integra, o CNA e apoia os seus governos e as suas políticas. Isto rendeu grandes benefícios aos seus

dirigentes, em numerosos cargos governamentais ou parlamentares, e também nas empresas privadas. Por exemplo, o ex-dirigente Cyril Ramaphosa, que foi líder da luta dos trabalhadores mineiros e contra o *apartheid* quando encabeçava o sindicato mineiro nacional (NUM) e a COSATU, é hoje proprietário e membro da diretoria da empresa Lonmin.

Este alinhamento parece estar a provocar uma crise no interior da COSATU. Algo que se expressaria na própria greve de Marikana. Segundo informações, nessa mina surgiu um novo sindicato (AMCU), caracterizado como "muito mais ativo em suas reivindicações", em rutura com o NUM. O AMCU ganhou a maioria na

mina e impulsionou a greve pelo aumento salarial (ganham uns 500 dólares mensais e exigiam um salário de 1500). O NUM estava contra a greve e depois do massacre não fez nenhuma condenação clara do governo, enquanto alertava contra os "divisionistas" (o AMCU).

Pior ainda foi a posição do Partido Comunista sul-africano, integrante junto com o CNA e a COSATU do "tripé" em que se apoia o regime. Logo depois do massacre, o PC pediu "a detenção imediata dos dirigentes do sindicato AMCU, aos quais acusou de provocar o caos com a desculpa da exigência salarial".

## Algumas conclusões

Na década de 1990, o povo negro sul-africano obteve liberdades e direitos políticos que sem dúvida devem ser defendidas. Mas continuou submetido à pior exploração capitalista em benefício de uma minoria branca e, agora, também da nova burguesia negra oriunda de seus antigos dirigentes. Não existirá verdadeira liberação do povo sul-africano sem destruir as bases capitalistas desta exploração. Por isso, as imprescindíveis lutas por melhores salários e condições de trabalho dignas, devem avançar no caminho da revolução operária e socialista que acabe com a exploração de classe que permanece no país.

(Adaptação de artigo publicado no *Correio Internacional*, revista da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional (LIT-QI), que pode ser lido na íntegra em <http://www.litci.org>)



## O começo do fim para al-Assad

Os trabalhadores e os jovens sírios continuam a enfrentar uma dura e impiedosa repressão por parte do ditador Bashar al-Assad, enquanto endurece a guerra entre o exército do regime e o Exército Sírio Livre.

No último mês, o centro dos combates deslocou-se para Aleppo, devido ao avanço dos rebeldes, apesar da sua imensa inferioridade bélica. Os sinais de debilidade do regime são cla-

ros: cerca de 40% do território sírio está sob o controle da oposição armada e somam-se as deserções nas fileiras do ditador, nas mais diversas patentes.

A medida que a situação se

torna mais desesperada para o regime, aumenta a repressão à luta do povo sírio. Assistimos a um verdadeiro banho de sangue e os números falam por si: pelo menos 21 mil pessoas morreram desde que começou a revolução síria, cerca de um milhão e meio fugiram de suas casas e há 275 mil refugiados.

## O plano do imperialismo

Al-Assad está cada vez mais isolado e as deserções não se dão só no terreno militar. A própria burguesia pró-regime está a retirar-lhe apoio. Mas a rutura da burguesia e do imperialismo com al-Assad nada tem a ver com a preocupação pelas liberdades democráticas negadas ao povo nem com o banho de sangue no país.

O imperialismo, que sustentou o regime sírio enquanto pôde, quer agora tirar al-Assad do governo antes que sejam as massas armadas a fazê-lo. Uma vitória

das massas na Síria fortaleceria todo o processo revolucionário na região. Contudo, sem condições para impulsionar uma intervenção militar na Síria, o imperialismo trabalha a saída política negociada: forçar uma transição sem al-Assad, mas mantendo o regime na sua essência de modo a poder avançar na estabilização do país e da região.

## O papel dos PCs

Enquanto as massas sírias mobilizam-se e lutam de armas nas mãos para derrubar al-Assad, conquistar liberdades democráticas e melhorar o seu nível de vida, Fidel Castro, Hugo Chávez e os partidos comunistas, como o PCP, continuam a apoiar o regime ditador, sustentando que a luta do povo sírio é fruto de uma "conspiração imperialista" que pretende derrubar um governo "anti-imperialista" e "antissionista". Ora, apelidar o regime sírio de

anti-imperialista é uma mentira escabrosa, tal como apoiar estes ditadores é repugnante. Além do mais, este discurso distorce a história da própria Síria bem como os factos que desencadearam a revolução.

Desde que al-Assad assumiu o poder, há 12 anos, intensificou as negociações com o governo dos EUA, espoliou as riquezas do país, condenou as massas à fome e miséria e serviu de suporte a Israel no Médio Oriente.

A revolução Síria continua a ser encabeçada pelo povo revoltado e tem todo o nosso apoio. Só com a organização democrática dos jovens, dos trabalhadores, dos comités de coordenação locais e das milícias, junto com as forças populares e independentes, unificando as mobilizações e acções armadas, a revolução síria poderá ser vitoriosa.

**Raquel Oliveira**



## “Quantos recortes hacen falta más para convocar otra huelga general?”



Em Espanha, os conflitos surgidos entre maio e julho continuam em aberto. Os mineiros, os funcionários públicos e a maioria da população não receberam nenhuma resposta minimamente satisfatória para contrariar a desindustrialização nas “cuencas mineras”, o roubo do subsídio de Natal, o aumento brutal do IVA ou o flagelo do desemprego.

Embora atenuada pelas férias estivais, a sua luta prosseguiu sob diversas formas descentralizadas e encontrou mesmo um grande foco mediático nas ações de expropriação de géneros alimentícios de primeira necessidade levadas a cabo pelos operários agrícolas agrupados no Sindicato Andaluz de Trabajadores (SAT).

Entretanto, os dados macroeconómicos e os planos de resgate financeiro de várias regiões autónomas sobre-endividadas (entre elas, a Catalunha e Valência) continuam a demonstrar a ineficiência da gestão da crise pelo PP agora (do PSOE antes): o PIB deverá ter uma descida superior a 1,5% este ano e outro tanto em 2013; o desemprego está em 24,6% (mais de 50% entre os jovens) e não deverá decrescer no

próximo período.

### Setembro, mês decisivo

Ao contrário do que seria normal nesta situação e recusando liminarmente a experiência mais avançada do sindicalismo francês, as principais centrais sindicais (a “socialista” UGT e a “comunista” CCOO) não aproveitaram o grande êxito das manifestações do dia 19 de julho (mais de meio milhão de pessoas só em Madrid) para agendar uma greve geral para este mês de setembro.

O mínimo expectável seria: a seguir a uma jornada de luta tão massiva, a marcação imediata de uma data concreta para uma greve generalizada. A experiência sindical francesa e mormente a dos ferroviários (a única que até hoje conseguiu

fazer recuar o governo em lutas contra o aumento da idade da reforma, como em 1995, ou contra os “contrato-lixo” para os jovens, como em 2006) aconselharia: jornada de luta massiva, dia concreto para greve generalizada, objetivo central de retirada das medidas governamentais lesivas dos direitos laborais, avaliação da greve pelas bases em assembleias democráticas e decisão sobre a continuação ou não da greve.

Na opinião dos líderes da UGT, CCOO e do seu espaço de suposta renovação da Cimeira Social (implicitamente apoiados pelo PSOE e pela Izquierda Unida) o mecanismo e o calendário das lutas ficou: novas manifestações no dia 15 de setembro, prioridade para a

realização de um referendo a convocar pelo governo a fim de auscultar a opinião do povo sobre os cortes e silêncio completo sobre qualquer greve geral. Pergunta-se: mas o povo não mostrou já a sua rejeição massiva aos cortes na grande manifestação de 19 de julho? Mas então a descida estrondosa do PP nas sondagens eleitorais não mostrou já todo o repúdio popular aos cortes de Rajoy?

Esperar que as lideranças burocráticas da UGT, das CCOO e da Cimeira Social convençam o governo a fazer tal referendo, chamar a manifestações espaçadas no tempo com tal objetivo recuado e esquecer o uso imediato da arma essencial da greve geral é meio caminho andado para a derrota.

Felizmente, alguns sindicatos regionais, o sindicalismo alternativo mais combativo e centenas de milhares de trabalhadores/populares pensam e agem de modo diferente dessas lideranças.

### Greve geral em 26/9!

Esta é a diferença básica no calendário e na forma de luta que se começou a desenhar na situação espanhola. Se todos concordam em participar nas ações do dia 15 de setembro, mas as cúpulas da UGT, das CCOO e da Cimeira Social nada calendarizaram para depois e adiam a greve geral para as calendadas gregas, o que surgiu de mais concreto foi precisamente o apelo da maioria sindical do País Basco e de Navarra a uma greve geral na região no dia 26 de setembro (além de um ato da Plataforma De Pié para rodear o Parlamento em Madrid no dia 25).

Conforme aconteceu quando as lideranças da UGT e das

CCOO pactuaram com o governo do PSOE/Zapatero o vergonhoso aumento da idade da reforma dos 65 para os 67 anos, é provável que também agora centrais sindicais da esquerda nacionalista na Galiza ou nas Astúrias, as centrais da área anarquista (CGT e CNT) e sindicatos combativos (como, por exemplo, o COBAS) façam convergir esforços para converter o dia 26 numa jornada de Greve Geral e pressionem agora, nestas novas circunstâncias, a UGT, as CCOO e a Cimeira Social a agendá-la na eventualidade de que as manifestações de dia 15 de Setembro tenham sucesso idêntico às de 19 de julho.

Caso a Greve Geral de dia 26 seja ignorada pelas principais centrais sindicais e se mantenham o calendário, os objetivos e as formas de luta preconizados por Toxo (secretário-geral das CCOO) e Mendéz (secretário-geral da UGT), que são perfeitamente desajustados e atrasados face à situação atual, é muito provável que essa jornada não tenha a força suficiente e a luta contra o governo do PP saia enfraquecida. Conforme se gritava na manifestação mineira do dia 11 de Julho em Madrid: “A Toxo e Méndez les queremos preguntar, quantos recortes hacen falta más para convocar otra huelga general?”.

Entretanto, todo o sindicalismo alternativo, os descontentes filiados na UGT e nas CCOO, os ativistas do 15 M ou os afetados pelas execuções hipotecárias da usura financeira devem preparar-se para um encontro nacional unificado que possa não só construir uma nova direção sindical e social, mas pressionar à esquerda os sindicatos da UGT e das CCOO.

**João Lopes**



## Greve geral até derrubá-los!

Excertos da Declaração de Corriente Roja, em que denuncia a Cimeira Social convocada por UGT e CCOO e apoiada por Izquierda Unida e PSOE e apela a uma greve geral. Pode ser lida na íntegra em <http://www.corrienteroja.net>

“(…) Para o dia 15 de setembro foi convocada pela Cimeira Social uma manifestação nacional em Madrid. Porque somos a favor de apoiar toda a luta contra o governo, chamamos a participar dessa manifestação e encher novamente as ruas do país e colapsar Madrid.

Chamamos a participar desta manifestação num bloco alternativo que exija a convocação de um plano de luta que culmine numa greve geral. Mas uma greve geral que seja preparada, com um programa claro e que dure o necessário para derrubar o governo e o seu plano.

Neste programa devemos reivindicar a formação de uma auditoria que investigue e suspenda o pagamento da fraudulenta, imoral e impagável dívida. É mentira que não haja dinheiro e que a única

coisa que reste aos trabalhadores seja definir onde se pode cortar. Não há que fazer nenhum corte, mas fazer uma auditoria e suspender o pagamento de uma dívida imoral, ilegítima e impagável e usar todo esse dinheiro para pô-lo a serviço de um plano que resgate os trabalhadores e prenda os banqueiros e os seus cúmplices no Parlamento.

Temos que exigir também a imediata liberdade, sem qualquer custo e despedimento, de todos os trabalhadores processados por enfrentar o plano de ajuste.

Desde este bloco crítico, vamos exigir a participação e o apoio ao ato de cercar o Parlamento no dia 25 em Madrid, convocado pela plataforma En Pie e a Greve Geral de 26 de setembro convocada pela

maioria sindical basca no País Basco e Navarra e muito provavelmente em outros territórios do país.

Caso a Cimeira Social continue sem apresentar uma data para a Greve Geral, o sindicalismo alternativo, o 15M e demais movimentos sociais combativos devem fazer do dia 26 um dia nacional de luta, com paralisações, concentrações e manifestações onde seja possível.”

Greve geral já contra o governo e o seu plano!

Por um encontro nacional do sindicalismo alternativo e dos movimentos sociais para organizar a luta!

Liberdade aos presos por lutar e suspensão dos processos abertos!

Fora o governo de Rajoy e a troika!